



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO  
MESTRADO EM DIREITO**

**SEMINÁRIO DE PESQUISA**

**2021.2**

**Grupo de pesquisa:** Centro de Investigação Baiano sobre Direito, Educação e Políticas Públicas (CIDEP).

**Descrição:** Este grupo está vinculado ao PPGD do Centro Universitário UniFG e reúne docentes, mestrandos, alunos da pós-graduação e da graduação de diversas instituições. Objetivo do grupo é a análise da concretização de Políticas Públicas através de decisões judiciais por parte do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

**Coordenação:** Prof. Dr. Cláudio Carneiro

**Colaborador:** Prof. Dr. Bruno Miola; Prof.<sup>a</sup> Deborah Marques Pereira

**Funcionamento:** Quinta ou sexta-feira, as 17 às 19h

**Vagas limitadas:** 7 (sete) mestrandos-pesquisadores, 2 (dois) graduandos-pesquisadores e 3 (três) ouvintes.

**Frequência mínima:** 75% de presença

**Carga-horária:** 1 crédito (15 horas-aula)

**Programa:**

<b>Encontros</b>	<b>Datas</b>	<b>Atividades</b>
1	05/08	Abertura, distribuição de atividades e entrega de relatórios de produtividade referentes a 2021.2
2	02/09	Debates e apresentação de propostas de produção científica para 2021.2
3	07/10	Debates orais, acompanhamento das demandas propostas.
4	04/11	Debates e ajustes finais das propostas.
5	02/12	Debates e envio de artigo para avaliação e submissão

**Projeto de Pesquisa:** Analisar a concretização de Políticas Públicas através de decisões judiciais por parte do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

**Resumo:** Este grupo está vinculado ao Centro de Investigação Baiano de Direita Educação e Políticas Públicas (CIDEP) devidamente cadastrado junto ao Programa de Pós- graduação Stricto Sensu em Direito do Centro Universitário Guanambi e reúne docentes (pós-doutores, doutores, mestres, mestrandos), alunos da pós-graduação lato sensu e da graduação da UniFG e também de outras instituições.

O objetivo do grupo de pesquisa é analisar as principais decisões dos Supremo Tribunal Federal em matéria de Políticas Públicas e a concretização de direitos fundamentais para que ao final possamos confrontas como o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia enfrenta as questões correlatas.

**Período:** 2018/2021

**Bibliografia:**

2º SEMESTRE	
ATIVIDADES	REFERÊNCIAS
Debate I	1. HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Uma perspectiva Crítica. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005. 2. ROSA, Alexandre de Moraes e LINHARES, José Manuel Aroso. Diálogos com a Law & Economics. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009.
Debate II	3. SELDON, Arthur. Government Failure and Over-Government. Volume 5. Indianapolis: Liberty Fund. 2005. 4. HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Univesidade de Brasília. 2010.
Debate III	5. TIMM, Luciano Benetti (org). Direito & Economia. Porto Alegre: Livrariado Advogado. 2008. 6. CARNEIRO, Claudio. (Neo)Constitucionalismo e Austeridade Fiscal. Confronto Constitucional- Hermenêutico das Cortes Constitucionais do Brasil e de Portugal. Bahia: Juspodivm. 2017.
Debate IV	7. OLIVEIRA, Fabio Corrêa de. Morte e Vida da Constituição Dirigente. Rio de Janeiro; Lumen Juris. 2010. 8. STRECK, Lenio. Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: Uma nova crítica do Direito. 2 ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. 2004.
Debate V	9. DIAS, Fernando e MATOS, Fernanda. Políticas Públicas. Princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas. 2012.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1. COELHO, Claudio C. B. P. ; CARNEIRO, C. ; Andre Luiz Nicolitt . ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO DE PUNIR E A FALÊNCIA DO CÁRCERE NO BRASIL: UMA QUESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. REVISTA JURÍDICA (FURB. ONLINE) , v. 22, p. 9-33, 2018.
2. Guerra, Sidney ; CARNEIRO, CLÁUDIO . DIREITOS SOCIAIS X ORÇAMENTO PÚBLICO: POSSIBILIDADES E LIMITES - BREVE ESTUDO COMPARATIVO DE BRASIL E PORTUGAL. DIREITOS CULTURAIS (ONLINE) , v. 15, p. 311, 2020.
3. BOBBIO, Norberto. Prólogo. In: FERRAJOLI, L. El derecho como sistema de garantías. Madrid: Trotta, 1999.
4. COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. Revista dos Tribunais, ano 86, n. 737, março, São Paulo, 1997.
5. FERRAJOLI, Luigi. Derechos y garantías: la ley del más débil. Madrid: Trotta, 2006.
6. SARLET, Ingo. In: Os direitos sociais como direitos fundamentais: contributo para um balanço aos Vinte Anos da Constituição Federal de 1988. In: Vinte anos da Constituição Federal de 1988 (Coord. Daniel Sarmento, Cláudio Pereira Souza Neto e Gustavo Binembojm) Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
7. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.
8. COASE, Ronald H. The Problem of Social Cost. The Journal of Law and Economics. v. 3, n. 1 (Oct 1960). p. 1-44.